

Pobreza energética sob a ótica das desigualdades de gênero

O estudo mostra que as desigualdades de gênero afetam o padrão de consumo de energia no Brasil, com mulheres assumindo maior carga de trabalho doméstico e maior vulnerabilidade aos impactos da pobreza energética.

Elaboração:



Apoio:



O que é Pobreza Energética?

Segundo a Política Nacional de Transição Energética, pobreza energética é a situação em que domicílios ou comunidades não têm acesso a uma cesta básica de serviços energéticos ou não têm suas necessidades energéticas plenamente atendidas — o oposto da equidade energética, definida como a garantia de acesso universal a serviços energéticos de qualidade, sustentáveis, seguros e a preços acessíveis. Nesse contexto, o Observatório Brasileiro de Erradicação da Pobreza Energética, também conhecido como **OBEPE**, tem como objetivo discutir a pobreza energética em sua multidimensionalidade, por meio da definição, cálculo e monitoramento de indicadores para o Brasil. A iniciativa reúne diversas bases de dados públicas em uma única plataforma, permitindo analisar e comparar indicadores de pobreza energética para o país, suas regiões, unidades federativas e, quando possível, municípios.

Será que a Pobreza Energética impacta mais as mulheres?

A pobreza energética tende a afetar de forma desproporcional as mulheres, dado que elas ainda são as principais responsáveis nos domicílios pelos afazeres domésticos e pelas atividades de cuidado, dedicando mais tempo a tarefas que dependem de serviços energéticos adequados. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADCA) do IBGE, em 2022, as mulheres dedicavam, em média, 9,6 horas a mais por semana do que os homens a atividades domésticas e de cuidado — o que representa quase o dobro do tempo despendido por eles (Gráfico 1).

Nesse contexto, a falta de acesso a fontes de energia modernas e a serviços energéticos de qualidade a preços acessíveis tende a ampliar a sobrecarga feminina, com impactos diretos sobre a saúde, o bem-estar e as oportunidades de educação e inserção no mercado de trabalho.

Além disso, a desigualdade de renda entre homens e mulheres contribui para a maior vulnerabilidade feminina à pobreza energética. Embora, em média, as mulheres tenham mais anos de estudo (Gráfico 2), elas ainda recebem rendimentos significativamente inferiores aos dos homens. Em 2024, segundo a PNADCA do IBGE, o rendimento masculino era cerca de 27% superior ao feminino — ou seja, as mulheres ganhavam menos de 80% da renda dos homens (Gráfico 3). Esse cenário se torna ainda mais crítico quando consideramos que, atualmente, aproximadamente metade dos domicílios brasileiros é chefiado por mulheres (48,9% em 2022). Com menor renda disponível, o custo com energia e equipamentos pesa mais no orçamento familiar, o que pode levar à redução do consumo energético essencial ou à adoção de soluções menos eficientes e mais precárias — comprometendo a qualidade de vida das famílias.



Gráfico 1: Média de horas por semana dedicadas às atividades de cuidado de pessoas e/ou afazeres domésticos, 2022.

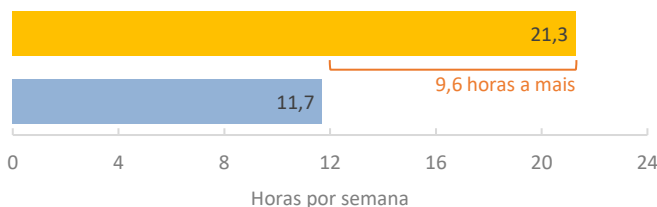
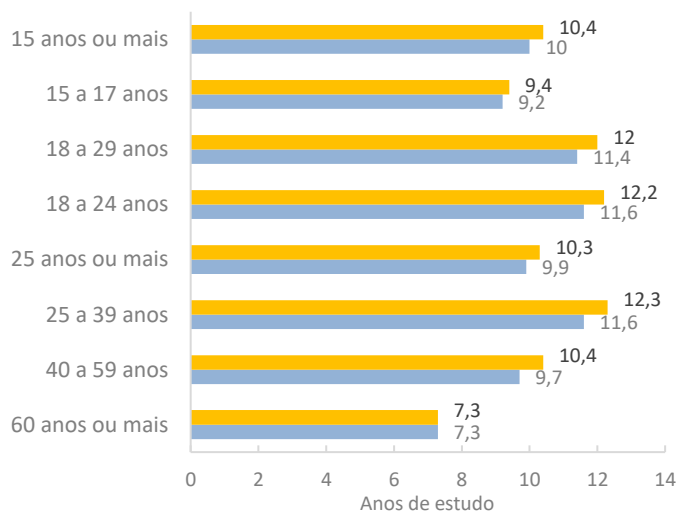


Gráfico 3: Rendimento Médio Mensal, 2024.



Gráfico 2: Média de anos de estudo, 2024.



Principais serviços energéticos demandados pelas famílias brasileiras



Iluminação
Eletricidade, Querosene



Climatização de Ambiente
Eletricidade



Preparo e Cozimento de Alimentos
Eletricidade, GLP, Gás Natural, Lenha, Carvão Vegetal



Aquecimento de Água
Eletricidade, Gás Natural, GLP



Lavanderia e Bombeamento de Água
Eletricidade



Comunicação e Lazer
Eletricidade



Outros
Eletricidade



Como se definem as escolhas energéticas nos domicílios?

As famílias não demandam energia em si, mas os serviços que ela proporciona, como iluminação, cocção e conforto térmico. A escolha das fontes energéticas depende de fatores como disponibilidade, custo, tecnologia e aspectos culturais e ambientais. Nesse contexto, desigualdades de gênero também podem influenciar as escolhas e, portanto, os padrões de consumo, afetando tanto os serviços demandados quanto as fontes utilizadas.

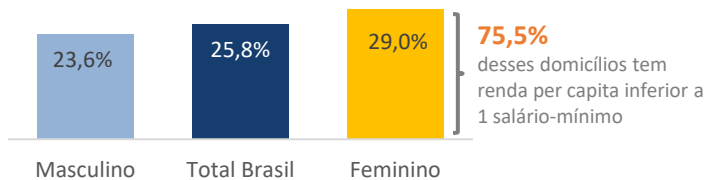


Neste estudo, analisamos os indicadores de pobreza energética do Observatório Brasileiro de Erradicação da Pobreza Energética (OBEPE), comparando domicílios chefiados por homens e mulheres, com o objetivo de investigar como as desigualdades de gênero influenciam e perpetuam a pobreza energética. Os dados estão disponíveis no [OBEPE](#) na aba Análises Avançadas – Determinantes. Para mais informações, assista ao [vídeo tutorial do OBEPE](#).

O peso excessivo dos gastos com energia no orçamento familiar

Em 2018, 29% dos domicílios chefiados por mulheres estavam em situação de pobreza energética, pelo fato de destinarem 10% ou mais de sua renda ao pagamento de despesas com energia. Entre os domicílios chefiados por homens, esse percentual foi de 23,6% — uma diferença de 5 pontos percentuais (Gráfico 4). Além disso, observa-se uma forte associação entre pobreza energética e baixa renda: 75,5% dos domicílios chefiados por mulheres nessa condição possuem renda domiciliar per capita inferior a um salário-mínimo. Esse resultado evidencia que a maior incidência de pobreza energética entre domicílios chefiados por mulheres está diretamente relacionada à sua maior vulnerabilidade econômica. Em outras palavras, não se trata apenas de maior exposição aos custos de energia, mas de uma menor capacidade das mulheres em absorvê-los sem comprometer o orçamento familiar que ainda é inferior ao dos homens (Gráfico 3).

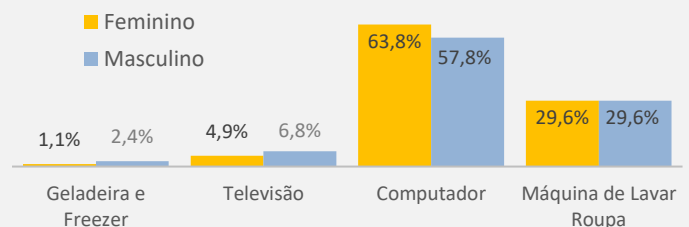
Gráfico 4: Percentual de Domicílios considerados em Pobreza Energética por apresentarem gastos com energia superiores a 10 % da sua renda, total Brasil e total por sexo do responsável pelo domicílio, 2018.



Carência de acesso a serviços energéticos básicos

A incidência de pobreza energética varia conforme o equipamento e as características da família e do chefe do domicílio (Gráfico 5). A falta de computadores, por exemplo, evidencia uma barreira tecnológica relevante, limitando a inserção feminina na economia digital. Por outro lado, a menor privação de geladeira/freezer (1,1% vs. 2,4%) e televisão (4,9% vs. 6,8%) em domicílios chefiados por mulheres sugere uma priorização da segurança alimentar e do acesso à informação. Já a posse de máquina de lavar é semelhante entre homens e mulheres (29,6%), mas seu impacto pode ser desigual. Diante da divisão desequilibrada do trabalho doméstico (Gráfico 1), a ausência de máquina de lavar roupa pode sobrecarregar a mulher com mais trabalho manual, gerando uma pobreza de tempo que, somada à falta do computador, restringe duplamente suas chances de ascensão econômica e profissional.

Gráfico 5: Percentual de Domicílios considerados em Pobreza Energética por não apresentarem equipamentos, por sexo do responsável pelo domicílio, 2024



Nota: Equipamentos selecionados com base na disponibilidade de dados da PNADCA do IBGE.

O caso emblemático da lenha para cozinhar

O uso de biomassa tradicional para cozinhar é um exemplo emblemático de como a pobreza energética pode aprofundar desigualdades de gênero. Em muitos domicílios, mulheres são responsáveis tanto pela coleta quanto pelo preparo da lenha e permanecem por longos períodos próximas ao fogão durante o preparo dos alimentos, muitas vezes na presença de crianças pequenas. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), a exposição à poluição gerada pela queima de energéticos como lenha e carvão está associada a diversos riscos à saúde, incluindo doenças respiratórias, cardiovasculares e acidentes domésticos. Assim, a falta de acesso a fontes de energia modernas para cozinhar não é apenas uma questão de pobreza energética, mas também de saúde pública, segurança alimentar, proteção à infância e equidade de gênero.

Ainda assim, dados do OBEPE indicam que esse padrão pode ser diferente em domicílios chefiados por mulheres. Apesar das maiores restrições de renda, aparentemente há uma maior preocupação das mulheres chefes de família por encontrar alternativas ao uso de lenha e carvão vegetal. Os dados mostram que 55,5% dos domicílios que declaram usar biomassa para cozinhar são chefiados por homens (Gráfico 6). Em 2024, enquanto 16,1% dos domicílios chefiados por homens relatavam o uso de biomassa para cozinhar, apenas 13,3% dos domicílios chefiados por mulheres declaravam consumir esses combustíveis tradicionais (Gráfico 7). Esses resultados sugerem que mulheres tendem a recorrer menos à biomassa, possivelmente por perceberem de forma mais direta seus impactos sobre a saúde, o bem-estar familiar e o tempo disponível para outras atividades que contribuem para a qualidade de vida. Além disso, os resultados podem refletir os avanços decorrentes de políticas públicas como o Bolsa Família e o Auxílio Gás, cujo desenho institucional prevê, sempre que possível, o pagamento dos benefícios diretamente às mulheres responsáveis pelo domicílio.

Gráfico 6: Distribuição Percentual do Total de Domicílios Brasileiros e dos Domicílios considerados em Pobreza Energética por declararem uso de Biomassa para Cozinhar, segundo sexo do responsável pelo domicílio, 2022.

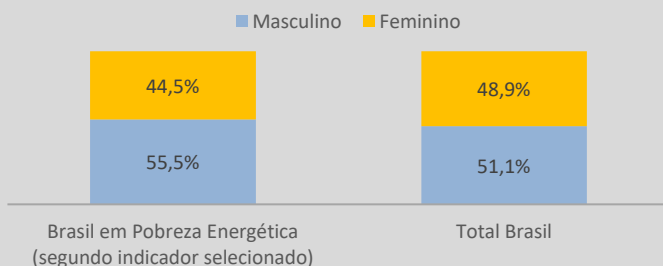
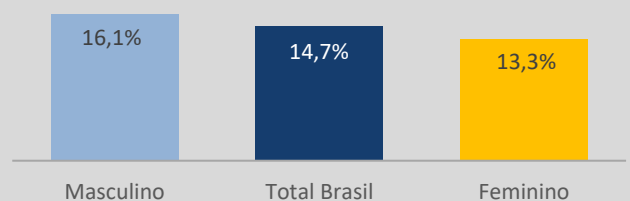


Gráfico 7: Percentual de Domicílios considerados em Pobreza Energética por declararem uso de Biomassa para Cozinhar, total Brasil e total por sexo do responsável pelo domicílio, 2024.



Coordenação Geral
Thiago Ivanoski Teixeira

Coordenação Executiva
Carla Costa Lopes Achão

Equipe Técnica
Arnaldo dos Santos Junior (coordenação)
Mariana Weiss de Abreu
Yuri Vandresen Pinto

A EPE se exime de quaisquer responsabilidades sobre decisões ou deliberações tomadas com base no uso das informações contidas neste informe, assim como pelo uso indevido dessas informações.